

Uma história de 65 anos escrita com credibilidade e inovação.

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Banco Sofisa S.A CNPJ 60.889.128/0001-80.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Desempenho no exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

Histórico

Fundado em 1961, o Banco Sofisa é uma das mais tradicionais instituições financeiras do país. Nestes mais de 60 anos de história, o Banco Sofisa tornou-se conhecido pela solidez e tradição de bons serviços prestados e hoje reúne clientes que podem contar com um parceiro financeiro de confiança que não só oferece serviços financeiros, mas também entende suas atividades e participa de seu dia a dia. O Banco Sofisa S.A. é um banco múltiplo, especializado na concessão de crédito e serviços para médias e pequenas empresas, com faturamento anual até R\$ 500 MM. O Banco é administrado por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva altamente qualificada, com longa experiência no mercado financeiro, que integram, juntamente com o Comitê de Auditoria e as Auditorias Interna e Externa, sua Governança Corporativa, e se estrutura da forma que segue:

- 50% do Conselho de Administração com Membros Independentes
- Comitê de Auditoria Independente
- Auditoria Externa: Deloitte Touche Tohmatsu
- Auditoria Interna: Auditora e equipe dedicada em conjunto com a PricewaterhouseCoopers

O Banco Sofisa é hoje referência pelas inovações no processo de análise e concessão de crédito e pela qualidade no atendimento. Com presença nacional, sendo a sua sede na Alameda Santos, 1496 em São Paulo, gerentes especialmente treinados oferecem soluções e aconselhamento detalhado sobre os produtos e serviços que melhor atendem às peculiaridades e demandas de negócio de cada um dos clientes.

Rentabilidade dos Negócios

O Banco Sofisa S.A. encerrou o exercício de 2025 com desempenho consistente, refletindo a disciplina na gestão de riscos, a solidez de capital e a evolução da eficiência operacional, mesmo em um ambiente macroeconômico substancialmente mais desafiador para o crédito. O Banco apresentou lucro líquido de R\$ 116,8 milhões no ano, com retorno anualizado sobre o patrimônio médio (ROAE) de 10,4%, evidenciando a capacidade de geração de resultados de forma sustentável, alinhada ao seu perfil de negócios e apesar dos investimentos observados. Ao final de dezembro de 2025, o Patrimônio Líquido atingiu R\$ 1,13 bilhão, com crescimento de 0,7% em relação a 2024. A posição de capital permaneceu confortável, com Índice de Basileia de 16,9%, patamar significativamente acima dos requerimentos regulatórios e que confere elevada capacidade de absorção de riscos e suporte ao crescimento futuro. A carteira de operações de crédito totalizou R\$ 8,0 bilhões em dezembro de 2025, mantendo foco em empresas de médio e pequeno porte, principal segmento de atuação do Banco. O perfil da carteira permaneceu conservador, com 67,8% das operações com vencimento em até um ano e baixa concentração, sendo que o maior devedor representava apenas 1,2% do total da carteira. A qualidade dos ativos seguiu sob rigoroso acompanhamento, com inadimplência superior a 90 dias de 2,0% ao final do período, refletindo critérios ainda mais prudentes de originação e monitoramento contínuo do portfólio e mesmo após o significativo impacto trazido pelas mudanças regulatórias referentes à Res. 4.966 e pelo cenário macroeconômico adverso para o crédito. No âmbito operacional, o Banco apresentou índice de eficiência de 58,2% no 4T25, estável em relação à 2024, resultado de iniciativas de racionalização de despesas e ganhos de produtividade que ajudaram a compensar os investimentos sendo feitos nas plataformas de novos negócios. A estrutura de funding manteve-se robusta, diversificada e bem equilibrada. A captação total alcançou R\$ 16,5 bilhões ao final de 2025, crescimento de 8,5% em relação ao encerramento de 2024. Os depósitos permaneceram como principal fonte de funding, complementados por instrumentos de mercado e captações externas, assegurando adequado casamento entre ativos e passivos. Adicionalmente, o Banco encerrou o período com posição confortável de liquidez, refletida em Caixa Livre superior a R\$ 7,6 bilhões, o que confere elevada flexibilidade financeira e resiliência frente a diferentes cenários de mercado. Em síntese, os resultados de 2025 refletem a consistência do modelo de negócios do Banco Sofisa, sustentado por disciplina de capital, prudência na gestão de riscos, solidez de funding e avanços operacionais, reforçando a capacidade da instituição de gerar valor de forma recorrente e sustentável ao longo do ciclo econômico.

Sofisa Direto

Um dos principais pilares de negócios do Banco Sofisa é o Sofisa Direto, plataforma que concentra o atendimento ao segmento de pessoas físicas. Com uma proposta de valor inovadora, o Sofisa Direto contribuiu para a evolução do mercado bancário brasileiro ao se posicionar como o primeiro banco digital do Brasil, oferecendo uma operação integralmente digital, com a primeira conta-corrente totalmente gratuita, e ampliando o acesso a investimentos de qualidade. A oferta aos clientes inclui conta gratuita, produtos próprios de captação do Sofisa, crédito pessoal, cheque especial, cartão de crédito, Tesouro Direto, corretora, além de acesso a produtos de renda fixa de terceiros e a fundos de investimento diversificados. Com uma base de 1,6 milhão de clientes e R\$ 13,5 bilhões em depósitos, o Sofisa Direto desempenha papel central na estratégia de captação do Banco. Essa estrutura posiciona o Sofisa entre os poucos players nacionais com a necessidade de recursos suprida majoritariamente por sua base própria de clientes, contribuindo para reduzir a dependência de funding concentrado ou institucional e para ampliar a previsibilidade de liquidez em diferentes ciclos econômicos. Esses resultados, aliados a um NPS de 75, reforçam a confiança dos clientes no Sofisa para atender às suas necessidades financeiras do dia a dia.

Governança e Gerenciamento de Riscos

No Banco Sofisa a Alta Administração está comprometida com o gerenciamento contínuo e integrado de riscos, bem como com o gerenciamento contínuo de capital. As referidas atividades encontram-se segregadas das unidades de negócios e das atividades de auditoria interna. Compete ao Conselho de Administração, para fins do gerenciamento de riscos: fixar os níveis de apetite por riscos da instituição na RAS e revisá-los, com o auxílio da diretoria e do CRO; avaliar, revisar, deliberar e aprovar as políticas e estratégias relativas a riscos; assegurar a aderência da instituição às mesmas; aprovar a nomeação e a destituição do CRO; entre outras atribuições relacionadas. O Conselho de Administração, em conjunto com o CRO e a Diretoria, devem compreender de forma abrangente e integrada os riscos que podem impactar o capital e a liquidez da instituição, garantindo que o conteúdo da RAS seja observado.

Gestão de aspectos Ambientais, Sociais e de Governança Corporativa (ESG – Environmental, Social and Corporate Governance)

O Banco Sofisa, sob diretrizes de seu código de ética, tem o compromisso de seguir padrões éticos regidos pelos valores e princípios de responsabilidade socioambiental, com a promoção e incentivo de ações para o desenvolvimento sustentável. O Banco Sofisa prática, incentiva e valoriza a responsabilidade socioambiental, buscando alinhar seus objetivos empresariais com os interesses da comunidade em que atua. Para que isso seja possível, o Banco Sofisa foca em seriedade no trato dos negócios, com respeito absoluto aos compromissos que assume; opera dentro dos limites da legislação e das normas externas e internas aplicáveis às suas atividades; faz respeitar seu Código de Ética, zelando por sua atualização, frente às transformações por que passa a sociedade; tem sempre presente os interesses maiores do país e da comunidade em que atua, para este fim adotando regras, meios, atividades e programas compatíveis com suas preocupações de ordem social e com as melhores práticas mundiais concernentes à sustentabilidade e à governança corporativa. A seguir as ações ESG implementadas no ano de 2025 - Guiado pelas diretrizes de seu Código de Ética, o Banco Sofisa reafirma seu compromisso com elevados padrões éticos, fundamentados em valores e princípios de responsabilidade socioambiental. A instituição promove e incentiva ações voltadas ao desenvolvimento sustentável, buscando alinhar seus objetivos empresariais aos interesses da sociedade. A atuação do Banco Sofisa é pautada pela seriedade nos negócios, pelo respeito aos compromissos assumidos e pela conformidade com a legislação vigente, bem como com normas internas e externas aplicáveis. O Código de Ética é constantemente revisado para refletir as transformações sociais, assegurando que as práticas da instituição estejam alinhadas com os interesses da comunidade e com as melhores práticas globais de sustentabilidade e governança corporativa.

Reconhecimentos:

➢ Melhores Bancos do Mundo

Em abril de 2025, O Banco Sofisa foi reconhecido pela Forbes como um dos Melhores Bancos do Mundo, reforçando sua reputação de excelência e compromisso com práticas responsáveis.

➢ Selo de Conformidade de Câmbio – ABRACAM

No exercício de 2025, o Selo de Conformidade de Câmbio, concedido pela ABRACAM (Associação Brasileira de Câmbio), permaneceu vigente desde sua obtenção em outubro de 2024. Esse reconhecimento é destinado às instituições que demonstram rigorosa conformidade com as normas do mercado de câmbio e com os requisitos de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo (PLD/CFT). A manutenção do selo reafirma o compromisso do Sofisa com a transparência, segurança e eficiência em suas operações, refletindo a excelência de seus processos e controles internos.

Ações ESG

➢ GOVERNANÇA

A estrutura de governança do Banco Sofisa é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria e pelas Auditorias Interna e Externa, assegurando transparência, integridade e responsabilidade na condução dos negócios.

Destaques:

- Diretoria de Governança - CRO independente, com atividades segregadas das unidades de negócios e das atividades de auditoria interna;
- Conselho de Administração com 50% de membros independentes;
- Comitê de Auditoria atuante desde 1995;
- Canal de Denúncias que assegura confidencialidade, anonimato e independência;
- Canal exclusivo para colaboradoras, voltado ao acolhimento de denúncias relacionadas à violência doméstica.

Vice-presidência

Em abril de 2025, o Diretor Fabricio Costa Angelin assumiu a Vice-Presidência do Banco Sofisa. Com trajetória destacada à frente dos segmentos Sofisa Direto e Business, sua liderança tem contribuído para a inovação e crescimento sustentável da instituição.

CRO

Em outubro de 2025, a Diretora de Governança, Silvia Scorsato, passou a exercer, perante o Banco Central do Brasil, as responsabilidades atribuídas ao Chief Risk Officer (CRO), incluindo a supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

Programas e Indicadores de Governança – 2025

➢ Agentes de Compliance

O programa de Agentes de Compliance é um dos pilares da governança corporativa do Banco Sofisa. Criado há 14 anos, conta com representantes de todas as áreas da instituição e tem como objetivo fortalecer e disseminar a cultura ética e de conformidade. Em 2025, foram realizados quatro treinamentos para os Agentes, com foco em gerenciamento de riscos e na importância dos procedimentos internos, reforçando o papel estratégico da conformidade na gestão do banco.

➢ Embaixadores ESG

Os Embaixadores ESG são colaboradores voluntários que atuam na promoção e divulgação da agenda ESG do Banco Sofisa, contribuindo para o engajamento interno em temas ambientais, sociais e de governança. Em 2025, foram realizados três encontros com os Embaixadores para compartilhar a evolução das iniciativas ESG, fortalecendo o diálogo e a participação ativa dos colaboradores nas ações sustentáveis da instituição.

➢ CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes

Em fevereiro, foram eleitos os novos membros da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), composta por representantes da empresa e colaboradores. A CIPA tem como missão promover a segurança e saúde no ambiente de trabalho, atuando na identificação de riscos, proposição de melhorias e conscientização sobre a prevenção de acidentes e doenças ocupacionais.

SOCIAL

As principais iniciativas em 2025 no pilar social da agenda ESG do Banco Sofisa foram:

“PARA OS COLABORADORES”

➢ eNPS - Employee Net Promoter Score

O eNPS (Employee Net Promoter Score) é uma métrica utilizada para avaliar o nível de satisfação e engajamento dos colaboradores em relação ao ambiente de trabalho. A pesquisa tem como objetivo captar percepções, sugestões e o grau de recomendação da instituição como um bom lugar para trabalhar. No 1º semestre de 2025, o Banco Sofisa obteve nota 70 na pesquisa de eNPS, posicionando-se na chamada Zona de Excelência. No 2º semestre de 2025, o resultado foi 67 enquadrando-se na Zona de Qualidade. Esses indicadores refletem o alto nível de satisfação dos colaboradores e evidencia o compromisso do banco com a construção de um ambiente de trabalho próspero, saudável e sustentável, alinhado às melhores práticas de gestão de pessoas e cultura organizacional.

➢ DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

Reconhecimento Interno

Em 2025, o Sofisa realizou 138 movimentações internas de colaboradores sendo por: promoção, recrutamento interno, mérito ou efetivação de estagiário. **Treinamentos, Convenções e Workshops** Ao longo de 2025, o Sofisa promoveu treinamentos dos colaboradores e convenções entre diversas áreas, conforme a seguir:

- **Offsite de Inteligência Comercial** Realização do 1º Offsite de Inteligência Comercial na B3, com foco em troca de insights e fortalecimento da visão estratégica.
- **Diálogo com Especialistas (Opportunity)** Encontro com especialistas da Opportunity para troca de experiências, ampliação da visão de mercado e fortalecimento de parcerias.
- **Encontro TIO** Encontro presencial entre as áreas de Tecnologia da Informação e Operações, promovendo integração e colaboração interna.
- **Onboarding Comercial – Maio** Programa de integração para gerentes da matriz e filiais admitidos no primeiro semestre, com alinhamento às áreas de negócio.
- **Onboarding Corporativo – Maio** Integração de novos colaboradores, com apresentação do negócio, processos e cultura organizacional.
- **Treinamento em Segurança Cibernética** Capacitação voltada à prevenção de riscos e proteção de dados, abordando boas práticas de segurança da informação.
- **Diálogo com Especialistas – Cenário Econômico** Encontro sobre cenário econômico e estratégias de renda fixa, reforçando a atualização contínua dos colaboradores.
- **Encontro de Liderança – Comercial Middle** Reunião da liderança do segmento Middle para alinhamento estratégico e definição de direcionamentos.
- **Encontro de Liderança – Comercial Smart** Encontro da liderança do segmento Smart com foco em integração, planejamento e inovação.
- **Encontro TIO+** Encontro entre Operações, TI, Governança e RH, com foco em automação de processos, inovação e inteligência artificial.
- **Diálogo com Especialistas em Fundos de Investimento** Encontro com especialistas do mercado para discussão sobre fundos de investimento, cenário econômico e oportunidades.
- **Onboarding Comercial – Julho** Integração de gerentes admitidos em maio e junho, promovendo alinhamento estratégico e colaboração entre áreas.
- **Onboarding Corporativo – Julho** Programa de integração para colaboradores admitidos em maio e junho, com apresentação das áreas e processos do banco.
- **Treinamento Comercial – Alta Performance** Capacitação para gerentes comerciais dos segmentos Smart e Middle, com foco no desenvolvimento e alta performance.
- **Programa de Estágio – Summer Job** Programa de estágio de férias com participação de estudantes em diversas áreas, promovendo aprendizado e troca de experiências.
- **Onboarding Comercial – Setembro** Integração de gerentes admitidos em julho e agosto, com foco na compreensão das operações e fortalecimento da atuação comercial.
- **Onboarding Corporativo Bimestral – Setembro** Programa de integração para colaboradores admitidos em julho e agosto, promovendo alinhamento e integração à cultura do banco.

➢ BEM-ESTAR E SAÚDE

Lives, Workshops e Eventos

- **Janeiro Laranja** Live com enfermeira para conscientização sobre prevenção e diagnóstico precoce do câncer de pele.
- **Fevereiro Laranja** Live voltada à conscientização sobre leucemia, abordando sintomas, diagnóstico precoce e doação de medula óssea.
- **Março Lilás** Live educativa sobre prevenção e diagnóstico precoce do câncer de colo do útero.
- **Abril Azul** Live conduzida por psicóloga para ampliar o entendimento sobre o autismo e promover inclusão e empatia.
- **Dia das Mães** Live sobre maternidade no mercado de trabalho, com compartilhamento de experiências e reflexões.
- **Workshop Pipefy** Apresentação de casos de uso da plataforma Pipefy, com foco em automação de workflows, IA e aplicações nos processos de crédito.
- **Evento Externo: Corrida Circuito Bull Run** Participação em corrida de rua com percursos de 5 km e 10 km, promovendo saúde e integração.
- **Mês da Mulher** Ação de valorização das colaboradoras, com serviço de manicure na matriz e reembolso para filiais.
- **Campanha de Vacinação e Solidariedade** Vacinação contra a gripe para colaboradores e dependentes, aliada à arrecadação de alimentos para doação.
- **Semana da Saúde – SIPAT** Programação dedicada à saúde física e mental, com palestras e atividades sobre bem-estar, segurança e qualidade de vida.
- **Julho Verde** Live de conscientização sobre prevenção do câncer de cabeça e pescoço, com orientações sobre sinais de alerta e fatores de risco.

- **Dia dos Pais** Live com o tema “Vida profissional e filhos” e entrega de presente em homenagem aos pais e futuros pais.
 - **Combate ao Fumo** Ação de conscientização sobre os impactos do tabagismo na saúde e na qualidade de vida.
 - **Setembro Amarelo – Todos pela Vida** Live dedicada à conscientização sobre saúde mental e prevenção do sofrimento emocional.
 - **Outubro Rosa e Novembro Azul** Isenção de exames preventivos oncológicos para titulares e dependentes do plano de saúde.
 - **Treinamento de Brigadistas – 2025** Treinamento da Brigada de Incêndio para preparação e atuação em situações de emergência.
 - **Festa das Crianças – “Hoje eu vou com você”** Evento dedicado aos filhos dos colaboradores, com atividades recreativas e momentos de integração.
- **Programas de Apoio à Saúde**

Exames Periódicos

Em agosto, a fim de reforçar as práticas de cuidado com a saúde, foram realizados exames periódicos na matriz do Sofisa, ação promovida pelo time de Pessoas do Banco. Essa iniciativa reforça nosso compromisso com o bem-estar de nossos colaboradores. Mais que uma obrigação legal, uma oportunidade de promover saúde e prevenção.

Plantão TotalPass

No dia 10/09, a equipe da TotalPass esteve no prédio da Matriz de São Paulo para realização de um plantão de dúvidas.

O Banco Sofisa incentiva a prática de atividade física para promoção da saúde, bem-estar e qualidade de vida.

➢ Benefícios e Canais de Apoio à Saúde Mental

Pensando no bem-estar dos colaboradores, o Banco Sofisa oferece benefícios exclusivos e canais de apoio voltados à saúde mental e ao cuidado integral de seus colaboradores e seus dependentes.

Programa Pluxee Cuida

O Pluxee Cuida é um programa de apoio e bem-estar para colaboradores e seus dependentes que oferece assistência em diversas áreas, sendo uma delas a de assistência psicológica, com atendimento exclusivo para questões como transtornos de desenvolvimento, orientação vocacional, momentos decisivos da vida pessoal ou profissional, entre outros. O atendimento é gratuito, com atendimento de 24h, todos os dias.

Única Mente

O programa Única Mente, também é uma iniciativa dedicada ao cuidado com a saúde emocional, focando na prevenção, diagnósticos e tratamento de transtornos mentais. O atendimento é feito por teleconsulta e o benefício é gratuito, sem cobrança de coparticipação, e a inclusão depende de análise clínica e administrativa da SulAmérica.

“PARA OS CLIENTES”

➢ Operações estruturadas

No primeiro semestre de 2025, o Banco Sofisa deu início à atuação estruturada no mercado de capitais por meio da criação da área de Debt Capital Markets (DCM), com o objetivo de ampliar sua gama de soluções financeiras e atender à crescente demanda de clientes por operações estruturadas. Essa iniciativa está alinhada com a tendência de diversificação de funding observada no mercado brasileiro, que tem se mostrado cada vez mais acessível e estratégico para empresas que buscam flexibilidade, menor dependência de crédito bancário e maior controle sobre suas estruturas de capital. A estruturação dessas operações segue os normativos da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da B3, com envolvimento de agentes fiduciários, escrituração, custódia e registro de garantias, conforme aplicável.

➢ Prêmio RA1000 – Reclame AQUI

Em maio de 2025, o Banco Sofisa celebrou 1 ano da conquista do selo RA1000, concedido pela plataforma Reclame AQUI, referência nacional em avaliação de reputação e atendimento ao consumidor. O selo RA1000 é atribuído exclusivamente às empresas que demonstram excelência no relacionamento com seus clientes, mantendo altos índices de resposta, solução de problemas, avaliação positiva e confiança dos consumidores. A obtenção e manutenção desse selo refletem o compromisso do Sofisa Direto, braço digital do banco, com um atendimento ágil, transparente e de alta qualidade, consolidando sua reputação como uma instituição que valoriza a experiência do cliente.

AMBIENTAL

No pilar ambiental as principais iniciativas em 2025 foram:

➢ Carbono Neutro

No mês de maio de 2025, o Banco Sofisa recebeu o Selo e Certificado de Neutralização das Emissões de Gases de Efeito Estufa, referentes ao ano de 2024. O Sofisa é Carbono Neutro, tendo realizado a compensação das emissões de gases de efeito estufa dos anos de 2021 a 2024 — um marco que reforça nosso compromisso com as melhores práticas ambientais. Essa conquista foi possível por meio de uma parceria com a Auren Energia, por meio do apoio ao Projeto Envira Amazônia — uma iniciativa de conservação florestal no Acre, reconhecida internacionalmente pela Verra e certificada com os selos CCB-Gold, nas categorias Biodiversidade, Clima e Comunidade. Essa iniciativa está alinhada à nossa Agenda ESG e aos compromissos assumidos em nossa estratégia de sustentabilidade. Temos orgulho de ser um Banco que investe em ações concretas, que refletem nossos valores e propósito.

➢ Energia Renovável

Reconhecendo a importância de contribuir ativamente para a mitigação das mudanças climáticas, o banco tem adotado práticas que refletem seu compromisso com a responsabilidade ambiental. Como parte dessa iniciativa, em março de 2025 o Sofisa completou 1 ano utilizando 100% de energia proveniente de fontes renováveis na matriz da instituição. Essa conquista foi viabilizada por meio de uma parceria com a empresa ENGIE, que fornece energia limpa gerada a partir de fontes solar, eólica e hidrelétrica. Essa transição representa um avanço significativo na redução da pegada de carbono do banco, além de impulsionar a inovação, a eficiência operacional e o desenvolvimento econômico sustentável. Ao optar por energia renovável, o Sofisa contribui para a preservação do meio ambiente, promove um futuro mais seguro para as próximas gerações e fortalece seu compromisso com clientes, colaboradores e comunidades.

➢ Gestão de Recursos Naturais e resíduos

O Banco Sofisa segue comprometido com a adoção de práticas sustentáveis que promovem o uso consciente de recursos naturais e o gerenciamento responsável de resíduos. A seguir, destacam-se as iniciativas às quais foi dada continuidade e que foram fortalecidas exercício de 2025:

Utilização de Copos Plásticos por Copos de Papel

O Sofisa utiliza 100% de material reciclável em todas as áreas comuns da matriz em São Paulo. A ação reforça o compromisso da instituição com a redução do impacto ambiental e a promoção de hábitos sustentáveis no ambiente de trabalho.

Para ampliar o engajamento dos colaboradores, o banco incentiva o uso de canecas pessoais para café e garrafas reutilizáveis para água, utilizando os copos de papel apenas quando necessário. A iniciativa contribui para a construção de uma cultura mais consciente e responsável.

Projeto “O Sofisa Recicla”

O projeto “O Sofisa Recicla” está em operação desde julho de 2024, com o objetivo de garantir a gestão adequada dos resíduos na matriz do banco. Em parceria com a empresa Musa, a iniciativa garante que todos os resíduos sejam rastreados e destinados à cadeia produtiva de reuso, evitando o envio para aterros sanitários e contribuindo para a redução da emissão de CO₂. Durante o período de janeiro a dezembro de 2025, foram destinados corretamente 14.147 kg de resíduos, o equivalente a 14,15 toneladas.

A gestão adequada desses materiais gerou os seguintes impactos ambientais estimados:

- **12.305,4 kg de carbono evitado**, contribuindo para a redução de emissões de gases de efeito estufa.
- **60,91 m³ de espaço poupado em aterros sanitários**, ajudando a preservar a capacidade de disposição final.
- **2.204,65 kg de materiais recuperados**, reinseridos na cadeia produtiva por meio de processos de reciclagem.
- **2.460,75 kWh de energia gerada** a partir da valorização energética dos resíduos.
- **51,15 kg de fertilizante gerado**, provenientes do tratamento de resíduos orgânicos.

Distribuição por tipo de material destinado:

- **Papelão:** 861 kg destinados corretamente.
- **Recicláveis mistos:** 5.438 kg destinados corretamente.
- **Orgânicos:** 186 kg destinados corretamente.
- **Rejeitos:** 7.662 kg destinados corretamente.

Parametrização do Sistema de Ar-condicionado

Em 11 de fevereiro de 2025, o Banco Sofisa realizou a instalação de novos equipamentos de climatização nas dependências da matriz. A ação visa promover eficiência energética, melhorar o conforto térmico dos ambientes e reduzir o consumo de energia elétrica, alinhando-se às diretrizes de sustentabilidade e gestão responsável de recursos.

São Paulo, 18 de março de 2026.

A Administração.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional
O Banco Sofisa S.A. ("Sofisa" ou "Banco"), CNPJ 60.889.128/0001-80, com sede na Alameda Santos, 1.496 - São Paulo/SP, em conjunto com suas empresas controladas e coligadas, opera na forma de Banco Múltiplo por meio de suas carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e de câmbio. Os benefícios dos serviços prestados entre as instituições do grupo e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

2. Principais práticas contábeis
a. Pronunciamentos e interpretações aplicáveis
As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, além das normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). A elaboração destas demonstrações financeiras observa o disposto na Resolução BCB Nº 2/20 emitida em 12 de agosto de 2020, passando a apresentar o balanço patrimonial de forma resumida e a segregação entre circulante e não circulante nas notas explicativas. Os valores comparativos relativos aos períodos anteriores não foram apresentados nestas demonstrações financeiras considerando a dispensa de apresentação prevista no artigo 102 da Resolução BCB nº 352/2023. Desde 2008, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma, o Sofisa, na elaboração das suas informações contábeis, individuais e consolidadas, adotou os seguintes pronunciamentos:
CPC 00 (R2) - Pronunciamento Conceitual Básico - Resolução CMN nº 4.924/21;
CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - Resolução CMN nº 4.924/21;
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras - Resolução CMN nº 4.524/16;
CPC 03 (R2) - Demonstrações dos fluxos de caixa - Resolução CMN nº 4.818/20;
CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - Resolução CMN nº 4.534/16;
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas - Resolução CMN nº 4.818/20;
CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/11;
CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - Resolução CMN nº 4.924/21;
CPC 24 - Evento subsequente - Resolução CMN nº 4.818/20;
CPC 25 - Provisões, passivos e ativos contingentes - Resolução CMN nº 3.823/09;
CPC 27 - Ativo Imobilizado - Resolução CMN nº 4.535/16;
CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados - Resolução CMN nº 4.877/20;
CPC 41 - Resultado por Ação - Resolução CMN nº 4.818/20;
CPC 46 - Mensuração do Valor Justo – Resolução CMN nº 4.924/21; e
CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente – Resolução CMN nº 4.924/21.
Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, os saldos de transações entre as empresas consolidadas foram eliminados e as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referentes às participações de acionistas não controladores nas controladas foram destacadas. As práticas contábeis adotadas no registro das operações e na avaliação dos elementos patrimoniais pela controladora e pelas empresas incluídas na consolidação foram uniformemente aplicadas.
Considerando o fato de que a moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras do Sofisa é o Real, e que as operações com a nossa agência e controlada no exterior são um complemento das atividades no país, os ativos, os passivos e os resultados são adaptados às práticas contábeis do Brasil e convertidos para reais de acordo com as taxas de câmbio da moeda local. Os ganhos e perdas provenientes do processo desta conversão são registrados no resultado do período.
O efeito da variação cambial do saldo em moeda estrangeira que compõe os recursos de caixa e equivalentes de caixa está sendo ajustado na Demonstração do Fluxo de Caixa ao lucro e na variação de caixa e equivalentes de caixa.
As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas foram aprovadas pela Administração em 18 de março de 2026.
A seguir destacamos alguns pronunciamentos de maior relevância na elaboração das demonstrações financeiras.

i. Pronunciamentos, alterações e interpretações existentes
• Resolução CMN 4.966/2021 - Instrumentos Financeiros: disposições normativas que não entraram em vigor em 01.01.2025, como a designação e o reconhecimento contábil de operações de *hedge accounting* e TJE de instrumentos reestruturados, terão vigência a partir de 01.01.2027 e seus potenciais impactos estão em processo de avaliação pela Administração e serão finalizados até sua entrada em vigor.
• Resolução CMN 5.185/2024: Altera a Resolução CMN 4.818/2020 e determina a elaboração e divulgação, como parte integrante das Demonstrações Contábeis anuais, o relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, adotando os pronunciamentos técnicos do Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS) CBPS 01 – Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade e CBPS 02 – Divulgações Relacionadas ao Clima a partir do exercício de 2026. A Resolução CMN 5.185/2024 entra em vigor a partir de 01.01.2025.
• Resolução BCB nº 352/2023 - As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 podem ser apresentadas sem valores comparativos, em conformidade com a dispensa prevista no art. 102.

b. Empresas Consolidadas
As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco Sofisa abrangem integralmente as informações financeiras de sua agência no exterior e das empresas controladas, no país e no exterior, compreendendo as seguintes:

Consolidado Societário

	% Participação
Controladas diretas	31/12/2025
Sofisa S/A Crédito, Financiamento e Investimento	100,00%
Sata Sociedade Assessoria Técnica Adm. Ltda	99,98%
Sofisa Investment Ltd	100,00%
Sofisa Corretora de Seguros Ltda	94,99%
Sofisa Recebíveis FIDC Não Padronizados	100,00%
Sofisa Consignado FIDC Ltda	100,00%
Controladas indiretas (a)	
Eco Beach Empreendimentos Imobiliários Ltda	100,00%
SPE Premium 1 Empreend. Imobiliários Ltda	100,00%
SPE Premium 2 Empreend. Imobiliários Ltda	100,00%
SPE Premium 3 Empreend. Imobiliários Ltda	55,10%

(a) Controladas investidas através da Sata Sociedade Assessoria Técnica Administrativa Ltda.
As práticas contábeis discriminadas a seguir, foram aplicadas nos períodos apresentados nas demonstrações financeiras, e têm sido aplicadas de forma consistente pelas empresas controladas pelo Banco.
Os valores comparativos relativos aos períodos anteriores não foram apresentados nestas demonstrações financeiras, considerando a dispensa facultativa de apresentação prevista no artigo 102 da Resolução BCB nº 352/23, a qual foi adotada por opção da entidade.

c. Novas normas emitidas pelo BACEN
A Resolução CMN nº 4.966/21, que trata da convergência para a norma internacional do IFRS 9, entrou em vigor em 1º de janeiro de 2025. A administração do Banco Sofisa S.A. aprovou o plano de implementação em 31 de dezembro de 2022, seguindo as disposições trazidas por essa Resolução, referentes aos conceitos e critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros. O plano que foi definido, foi implantado com sucesso a partir da respectiva data-base, atendendo as alterações determinadas e os respectivos prazos com os Reguladores. Com vigência desde 1º de janeiro de 2025, a Resolução CMN nº 4.966/21, a Resolução BCB nº 352/23 e normas complementares, estabelecem novos critérios aplicáveis a instrumentos financeiros, ativos e passivos, incluindo a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) a serem adotados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, dentre os quais destacam-se: (i) classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros; (ii) reconhecimento de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; (iii) atualização dos instrumentos financeiros por meio da taxa efetiva; e (iv) interrupção do reconhecimento de juros para instrumentos financeiros ativos em atraso acima de 90 dias.
O impacto total da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21 foi de R\$ 142.247, sendo que, após a contabilização dos efeitos tributários, o valor líquido registrado diretamente no PL de abertura em 1º de janeiro de 2025 foi de R\$ 78.235.
Esses valores foram reconhecidos conforme previsto na norma, sem efeitos retroativos nas demonstrações financeiras anteriores, e refletem a aplicação prospectiva dos novos critérios contábeis estabelecidos pela Resolução.
A perda esperada associada ao risco de crédito foi mensurada a partir de três estágios, nos quais os instrumentos financeiros são classificados:

- **Estágio 1:** instrumentos financeiros que, no reconhecimento inicial, não sejam caracterizados como ativos com problema de recuperação de crédito e cujo risco de crédito não tenha aumentado significativamente após o reconhecimento inicial;
- **Estágio 2:** instrumentos financeiros cujo risco de crédito tenha aumentado significativamente em relação ao apurado na alocação original no primeiro estágio;
- **Estágio 3:** instrumentos financeiros com problema de recuperação de crédito, que possuam evidência objetiva de não recuperabilidade.

i. Classificação de Instrumentos Financeiros
O critério de classificação dos ativos financeiros dependerá, tanto do modelo de negócio adotado pela Administração para a sua gestão, como das características dos fluxos de caixa contratuais, visando identificar especificamente se este atende ao critério de "Somente Pagamento de Principal e Juros" (SPPJ). Com base no supracitado, os ativos financeiros serão classificados conforme as seguintes categorias:

- **Custo Amortizado ("CA"):** utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros.
- **Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA"):** utilizada quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.
- **Valor Justo por Meio do Resultado ("VJR"):** utilizada quando a intenção for de negociar frequentemente os ativos com o objetivo de obter resultados.

Com relação aos passivos financeiros, a classificação continua essencialmente sem alterações relevantes em relação à norma atual, portanto, sendo classificados como custo amortizado ou valor justo no resultado. Desde 1º janeiro de 2025, os ativos e passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado serão reconhecidos contabilmente com base no método da Taxa Efetiva de Juros ("TEJ"), que considera custos e receitas adicionais à operação no momento da sua origemação ou aquisição. Isso significa que o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual será igualizado ao valor contábil bruto do ativo ou passivo financeiro. No entanto, as operações de crédito originadas até 31 de dezembro de 2024 continuarão a ser reconhecidas pela taxa contratual estipulada nos respectivos contratos durante sua vigência. Referente as operações de crédito e demais operações com características de concessão de crédito classificadas na categoria "CA" o Banco Sofisa optou, para a apropriação de receitas e demais valores recebidos na origemação ou na emissão do instrumento financeiro, realizar o processo seguindo o método de taxa de juros padronizada. Diante das modalidades de operações de crédito corporativo, crédito pessoal, crédito para capital de giro e microcrédito para empreendor operacionalizadas pelo Banco Sofisa, as seguintes tarifas/comissões devem compor a formação da TEJ, uma vez que se referem a receitas diretamente atribuíveis à emissão do instrumento:

- **Taxa de Abertura de Crédito (TAC):** tarifa de análise de projetos, tarifa de renegociação e/ou assunção de dívidas, tarifa de aditamento de contrato.

ii. Modelo de perda esperada associada ao risco de crédito
Até 31 de dezembro de 2024 o critério de classificação das operações de crédito e de operações com características de concessão de crédito e a respectiva constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa foram definidos pela Resolução nº 2.682/99 que determina que as provisões devem ser calculadas em função da classificação em escala de Rating, aplicando-se percentuais sobre o saldo exposto, crescente conforme pior a classificação, a qual é qualificada em nove níveis, sendo de AA (menor risco) até H (maior risco), apenas quando há evidências objetivas de que o valor recuperável dos ativos diminuiu devido a um ou mais eventos de perda ocorridos após o reconhecimento inicial desses ativos. Além disso, esses eventos de perda devem afetar adversamente os fluxos de caixa futuros esperados do ativo, os quais podem ser estimados com confiabilidade, ou seja, as perdas incorridas são avaliadas com base em informações razoáveis e sustentáveis sobre eventos passados e condições atuais. A Resolução CMN nº 4.966/21 institui um novo conceito para apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. De acordo com a classificação no critério prudencial, as instituições financeiras devem adotar a metodologia completa ou simplificada para avaliar perdas. O Banco Sofisa (Segmento S3) deve aplicar a metodologia completa. Dentro dos critérios estabelecidos para mensuração da provisão para perdas esperadas, devem ser consideradas as perdas incorridas dos instrumentos financeiros, conforme definidos pela Resolução nº 352/23, art. 76, para operações inadimplidas. Adicionalmente, a Resolução não dispensa a instituição da aplicação da metodologia completa de apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de constituir provisão adicional de acordo com tipo de carteira e percentuais. A norma define três Estágios distintos para a classificação das operações com ativos financeiros e, essa classificação, determina a metodologia utilizada para o cálculo da perda esperada. Dependendo do Estágio em que a operação se encontra, a perda esperada pode ser projetada para os próximos 12 meses, no caso das operações alocadas no Estágio 1 ou para toda a vida útil do contrato ("Lifetime"), no caso das operações alocadas nos Estágios 2 e 3.
A classificação dos ativos financeiros nos três estágios, se dá da seguinte forma:

- Estágio 1 – operações com baixo risco de crédito ou atraso inferior a 30 dias;
- Estágio 2 – operações com aumento significativo em seu risco de crédito ou atraso entre 31 e 90 dias; e

- Estágio 3 – operações classificadas como ativo problemático ou atraso superior a 90 dias.

O modelo de perda esperada estabelecido pela Resolução CMN nº 4.966/21 tem escopo de aplicação mais abrangente do que o modelo de perda atualmente utilizado, aplicando-se a todos os ativos financeiros, exceto instrumentos patrimoniais de outra entidade, ativos financeiros classificados na categoria "VJR" mensurado no Nível 1 da hierarquia de valor justo, conforme regulamentação vigente, exceto títulos privados, operações de crédito e outras operações com características de concessão de crédito e instrumentos financeiros derivativos.

iii. Definição de Ativo Problemático e "Stop Accrual"
A Resolução CMN nº 4.966/21 estabelece que um ativo é denominado com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) quando ocorrer atraso superior a 90 dias no pagamento do principal ou de encargos ou houver indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais. Além disso, a referida Resolução proíbe explicitamente o reconhecimento, no resultado do período, de qualquer receita ainda não recebida relacionada a ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito, em um procedimento conhecido como "Stop Accrual".

iv. Baixa de Ativo Financeiro
Conforme requerido pela Resolução CMN nº 4.966/21, um ativo financeiro deve ser baixado nos seguintes cenários:

- Os direitos contratuais ao fluxo de caixa do ativo financeiro expirarem; ou
- O ativo financeiro for transferido e a transferência se qualificar para a baixa.

v. Impostos Correntes e Diferidos
Com vigência desde 1º de janeiro de 2025, a Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022, altera o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas com operações com características de concessão de crédito decorrentes das atividades das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sendo a dedução das perdas incorridas na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL, sua principal alteração. As regras para dedutibilidade de operações inadimplidas são:

- O atraso para considerar a operação como inadimplida e passível de dedutibilidade fiscal será de 91 dias, em relação ao pagamento do principal ou de encargos, independentemente da data da contratação;
- O valor da perda dedutível deverá ser apurado mensalmente, limitado ao valor total do crédito, obedecendo às regras a seguir:
 - Aplicação do fator "A" sobre o valor total do crédito a partir do mês em que a operação for considerada inadimplida;
 - Soma ao valor apurado no item anterior do valor resultante da aplicação do fator "B", multiplicado pelo número de meses de atraso, a partir do mês em que a operação foi considerada inadimplida, sobre o valor total do crédito;
 - Subtração dos montantes já deduzidos em períodos de apuração anteriores.

d. Base de avaliação
As demonstrações financeiras foram elaboradas, em sua maior parte, com base no custo amortizado considerando os efeitos da taxa efetiva de juros quando aplicável, com exceção aos seguintes aspectos:

- Instrumentos financeiros derivativos - são mensurados ao valor justo no resultado;
- Instrumentos financeiros classificados na categoria valor justo contra o resultado - são mensurados ao valor justo;
- Títulos de investimento cuja possibilidade de venda é considerada - são mensurados ao valor justo.

e. Moeda funcional e de apresentação
As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional do Banco, e da agência e de sua subsidiária no exterior.

f. Utilização de estimativas e julgamentos
A elaboração das demonstrações financeiras requer a utilização de julgamentos, estimativas e premissas contábeis, conforme previsto nas Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs) e nos Pronunciamentos Técnicos do CPC, especialmente o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Essas estimativas são revisadas periodicamente e reconhecidas no período em que são ajustadas, bem como nos períodos futuros afetados.

g. Regime de competência
O Banco prepara as suas demonstrações financeiras, com exceção das informações de fluxos de caixa, de acordo com o critério contábil da competência.

h. Gestão do capital
A gestão do capital é efetuada nos níveis regulatórios e econômicos. Gestão de capital regulatória é baseada na análise dos índices de capital do Banco Central do Brasil. O objetivo é alcançar uma estrutura de capital eficiente nos termos de custos e compliance, com os requerimentos do órgão regulador, agências de rating e investidores. A fim de gerir adequadamente o capital do Banco, é essencial estimar e analisar futuras necessidades, em antecipação das várias fases do ciclo do negócio. Projeções de capital regulatório e econômico são feitos em projeções financeiras (balanço patrimonial, demonstração de resultado etc.) e em cenários macroeconômicos estimados pelo serviço de pesquisa econômica. Estas estimativas são utilizadas pelo Banco como referência para o plano de ações gerenciais necessários para atingir seus objetivos. Adicionalmente, determinados cenários de estresse são simulados para verificar a disponibilidade do capital em situações adversas. Estes cenários são baseados em acentuadas flutuações de variáveis econômicas, taxa de juros, índices de mercado de ações entre outros que espelham os riscos inerentes as atividades da instituição.

i. Base de Consolidação
Demonstrado na Nota 2.b.
Subsidiárias
São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais o Banco exerce controle, representado pelo poder de gerir as suas políticas financeiras e operacionais para obter benefícios das suas atividades. As subsidiárias são consolidadas pelo método integral desde o momento em que o Banco assume o controle sobre as suas atividades até o momento em que esse controle cessa. As demonstrações financeiras das subsidiárias estão consolidadas com as do Banco. Durante o processo de consolidação todos os saldos e transações entre o banco e suas subsidiárias são eliminados no processo de consolidação.

j. Moeda estrangeira
As transações em moeda estrangeira e operações no exterior são convertidas à taxa de câmbio vigente na data da transação. Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para reais à taxa de câmbio vigente na data do balanço, e as diferenças cambiais resultantes são reconhecidas no resultado, conforme previsto nas Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs) e nos Pronunciamentos Técnicos do CPC, especialmente o CPC 02 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis.
O Banco Sofisa S.A. possui investimento no exterior, cujas posições patrimoniais e de resultado são consolidadas. As variações cambiais relacionadas à conversão desses investimentos são reconhecidas em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido, conforme diretrizes contábeis nacionais.

k. Juros
Receitas e despesas de juros são reconhecidas na demonstração do resultado pelo método da taxa efetiva de juros. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e os recebimentos futuros durante a vida prevista do ativo ou do passivo financeiro (ou, se apropriado, em período inferior) até atingir-se o valor de registro do ativo ou do passivo financeiro. A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou do passivo financeiro, considerando todos os termos contratuais, não incluindo perdas futuras em operações de crédito. O cálculo da taxa efetiva de juros inclui todas as taxas e comissões, os custos de transação, os descontos e os prêmios que são pagos ou recebidos e que são parte integrante da taxa efetiva de juros. Os custos de transação incluem os custos incrementais que são diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de um ativo ou passivo financeiro. As receitas e despesas de juros apresentadas na demonstração de resultados incluem juros de ativos e passivos financeiros registrados ao custo amortizado, com base na taxa efetiva de juros.

l. Taxas e comissões
As receitas e as despesas de taxas e comissões que são parte integrante da taxa efetiva de juros de um ativo ou passivo financeiro são incluídas na apuração da taxa efetiva de juros. As demais receitas de taxas e comissões são reconhecidas à medida que os serviços relacionados são prestados. Outras despesas com taxas e comissões referem-se basicamente a eventos que são reconhecidos no resultado conforme os serviços são recebidos.

m. Mensuração de instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado
Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado são contabilizados inicialmente pelo seu valor justo, e depois são ajustados para o valor presente do fluxo de caixa futuro esperado utilizando a taxa efetiva de juros. Os juros e quaisquer perdas ou ganhos de amortização são reconhecidos na demonstração de resultados ao longo do período de detenção do instrumento financeiro.

n. Mensuração de instrumentos financeiros contabilizados ao valor justo
Os instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, e as mudanças subsequentes no valor justo são refletidas diretamente no resultado do período em que ocorrem. Já os instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes são igualmente mensurados pelo valor justo no momento inicial, contudo, as variações posteriores no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido.

o. Imposto de renda
O imposto de renda corrente corresponde à expectativa de pagamento de impostos sobre o resultado tributável do exercício, utilizando as alíquotas vigentes na data do balanço, incluindo eventuais ajustes relativos a exercícios anteriores. O imposto de renda diferido é apurado sobre as diferenças temporárias entre os saldos contábeis dos ativos e passivos. Os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social devem ser reconhecidos somente quando houver expectativa de realização, com base na geração de lucros tributáveis estimados. O crédito tributário é calculado de acordo com as alíquotas fiscais que se espera aplicar às diferenças temporárias quando estas forem revertidas, com base na legislação vigente na data de balanço. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos na medida em que seja provável a geração de lucros tributáveis futuros para sua utilização, e devem ser revisados a cada data de balanço, sendo reduzidos quando não for mais provável que tais benefícios fiscais serão utilizados. A despesa de imposto de renda compreende os tributos correntes e diferidos, sendo reconhecida na demonstração de resultados, exceto nos casos em que se refere à itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

p. Instrumentos financeiros ativos e passivos
i. Reconhecimento
Inicialmente, o Banco reconhece as operações de crédito e adiantamentos, os depósitos, os títulos emitidos e os passivos subordinados na data em que são originados. Todos os demais ativos e passivos financeiros, incluindo aqueles designados a valor justo, são inicialmente reconhecidos na data da negociação na qual o Banco se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

ii. Classificação
Os instrumentos financeiros estão classificados em uma das categorias abaixo, de acordo com o modelo de negócio definido para cada instrumento:

- Custo amortizado;
- Valor justo por meio do resultado; ou
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

III. Baixa
Ativos financeiros são baixados quando expiram os direitos contratuais sobre os seus fluxos de caixa, ou quando os direitos de receber os fluxos de caixa contratuais são transferidos em uma transação na qual todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro são substancialmente transferidos. Qualquer interesse sobre ativos financeiros transferidos criado ou retido pelo Banco, é reconhecido como um ativo ou um passivo em separado. O Banco efetua a baixa de passivos financeiros quando suas obrigações contratuais são extintas, canceladas ou expiram. Nas transações em que o Banco não retém nem transfere substancialmente todos os riscos e os benefícios de propriedade de um ativo financeiro, é feita a baixa do respectivo ativo quando o Banco deixa de exercer controle sobre este. Em transferências nas quais é retido o controle sobre o ativo, o Banco continua a reconhecer esse ativo na proporção do seu envolvimento, determinado pela duração de suas exposições às mudanças no valor do ativo transferido.

IV. Compensação de Ativos e Passivos Financeiros
Ativos e passivos financeiros são compensados e apresentados pelo valor líquido no balanço apenas quando o Banco possui o direito legal de compensação e a intenção de liquidá-los de forma líquida ou simultânea.

V. Compras normais de ativos financeiros
As compras normais de ativos financeiros, como aplicações em títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras, são reconhecidas na data de transação. Os ativos são revertidos quando os direitos de receber fluxos de caixa expirarem ou quando o Banco tiver transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

VI. Mensuração ao custo amortizado
O Banco Sofisa mensura seus instrumentos financeiros classificados ao custo amortizado pelo valor de aquisição no seu reconhecimento inicial, menos as amortizações do principal, adicionado ou reduzido da amortização acumulada utilizando-se o método da taxa efetiva de juros de quaisquer diferenças entre o valor inicial reconhecido e o valor de resgate no vencimento, deduzindo-se quaisquer reduções por não-recuperação (*impairment*) ou impossibilidade de cobrança. A taxa de juros efetiva é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial do instrumento financeiro em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados considerando todos os componentes de receitas e custos diretamente atribuíveis a geração das operações, ao longo de sua vida útil remanescente.

VII. Mensuração ao valor justo
Valor justo é o montante pelo qual um ativo pode ser negociado ou um passivo liquidado entre partes conhecidas e empenhadas na realização de uma transação justa, na data de balanço. Todos os instrumentos financeiros mensurados a valor justo no Banco, é determinado com base nos preços cotados no mercado ativo para aquele instrumento. Um mercado é reconhecido como ativo se os preços cotados são prontamente e regularmente disponíveis e representam transações de mercado fidedignas e regulares ocorridas de forma justa entre partes independentes. Todos os derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial a valor justo desde a data do negócio. Os efeitos positivos da mensuração ao valor justo são reconhecidos como ativos; quando negativos são reconhecidos como passivos. As mudanças do valor justo dos derivativos desde a data do negócio são

...continuação

Crédito para todos os momentos da sua empresa.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

reconhecidas na rubrica “Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros” da demonstração de resultado consolidada.

VIII. Técnicas de avaliação

Os instrumentos financeiros mensurados ao valor justo após o reconhecimento inicial devem ser classificados nos níveis 1, 2 ou 3, conforme o grau observável dos dados utilizados.

- Nível 1: são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: são obtidas por meio de outras variáveis, além dos preços cotados do Nível 1, como taxas de juros ou curvas de rendimento;
- Nível 3: são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

Instrumentos financeiros ao valor justo, determinados com base em cotações públicas de preços em mercados ativos (Nível 1), incluem títulos da dívida pública, títulos de dívida privada e ações. Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Na maioria dos casos, esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência (Nível 2). Várias técnicas são empregadas para fazer essas estimativas, inclusive a extrapolação de dados de mercado observáveis e técnicas de extrapolação. A melhor evidência do valor justo no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros. Em 31 de dezembro de 2025 o Banco não possui instrumentos financeiros classificados como nível 3.

IX. Operações Compromissadas

Compra ou venda de ativos financeiros com contrato de revenda (recompra) não opcional a preço fixo são reconhecidas no balanço patrimonial consolidado como empréstimos e adiantamentos concedidos ou como captações no mercado aberto. Estas operações são geralmente lastreadas por instrumentos registrados sob a rubrica “instrumento de dívida”.

X. Identificação e Mensuração de “Impairment”

De acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021, o Banco Sofisa classifica seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado em três estágios, com diferentes níveis de perda esperada:

Estágio 1 - Operações em normalidade: ativos são enquadrados neste estágio quando em situação de normalidade, com atraso inferior ou igual a 30 dias, e sem indicativo de aumento significativo de risco;

- Estágio 2 - Operações com aumento significativo de risco: ativos são enquadrados neste estágio quando possuírem atraso superior a 30 dias ou apresentarem aumento significativo de risco;
- Estágio 3 - Operações em descumprimento: ativos são enquadrados neste estágio quando possuírem atraso superior a 90 dias ou estiverem em descumprimento qualitativo caracterizado por indicativos de que o cliente não honrará integralmente a operação de crédito.

Premissas utilizadas pelo Banco:

- O conceito de default é atraso no pagamento de parcela/operação superior a 90 dias;
- A análise de LGD - Loss Given Default (Perda dada a inadimplência) é feita por tipo de garantia;
- A classificação da operação em determinada garantia é dada pela garantia principal;
- A metodologia utilizará o valor da EAD (Exposição no Descumprimento) como o valor tomado pelos clientes no momento do cálculo da perda esperada. As exceções destes valores são consideradas no modelo do Fator de Conversão de Crédito;
- Não foram utilizados conceitos de arrasto, as marcações foram realizadas na visão contrato, visto a diferença entre as garantias.

Um ativo pode migrar de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar. Se, em um período subsequente, a qualidade de um ativo financeiro melhorar ou o aumento significativo no risco de crédito anteriormente identificado for revertido, o ativo financeiro poderá voltar para estágios anteriores.

q. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos, compostos por operações com opções, futuros, contratos a termo e swaps, são mensurados pelo valor justo, com seus efeitos reconhecidos no resultado do exercício, conforme os critérios abaixo:

- Opções:** Os prêmios pagos ou recebidos são registrados no ativo ou passivo, respectivamente, até o exercício efetivo da opção. No exercício, são contabilizados como ajuste ao custo do instrumento. Caso não exercidos, são reconhecidos como receita ou despesa.
- Futuros:** Os ajustes diários são registrados em contas de ativo ou passivo e apropriados diariamente como receita ou despesa.
- Contratos a termo:** São registrados pelo valor final do contrato, ajustado pela diferença entre esse valor e o preço à vista do instrumento, com reconhecimento proporcional de receitas e despesas até a data do balanço.
- Swaps:** O diferencial a receber ou a pagar é registrado em contas de ativo ou passivo, respectivamente, e apropriado como receita ou despesa até a data do balanço.

Na data do balanço, os instrumentos financeiros derivativos são avaliados a valor justo, com os efeitos reconhecidos conforme sua classificação:

- Derivativos não designados como hedge:** Os efeitos da valorização ou desvalorização são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.
- Derivativos designados como hedge:** Classificam-se como hedge de risco de mercado ou hedge de fluxo de caixa, conforme os critérios estabelecidos pelo regulador - BACEN.

r. Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis correspondem a bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive aqueles decorrentes de operações que transferem os riscos, benefícios e controle dos bens à companhia.

I. Reconhecimento e mensuração

Os ativos tangíveis são mensurados pelo custo histórico, deduzido da depreciação acumulada e de eventuais perdas por *impairment*. O custo inclui despesas diretamente atribuíveis à aquisição ou construção do ativo. Para ativos construídos internamente, o custo inclui materiais, mão de obra direta, outros custos diretamente atribuíveis à operacionalização do ativo, bem como os custos de remoção e recuperação do local. Softwares adquiridos que estejam integrados à funcionalidade de um ativo tangível são registrados como parte do ativo imobilizado. Componentes significativos com vidas úteis distintas são contabilizados separadamente.

II. Custos Subsequentes

Os custos de substituição de partes de um ativo tangível são capitalizados quando é provável que os benefícios econômicos futuros serão incorporados ao ativo e o custo possa ser mensurado com confiabilidade. O valor contábil da parte substituída é baixado. Reparos e manutenções rotineiras são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

III. Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada componente do ativo. O método de depreciação, a vida útil e os valores residuais são revisados na data de cada balanço.

s. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis representam direitos sobre bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos com vida útil definida são amortizados linearmente ao longo do período estimado de benefício econômico.

i. Licença de Uso de Sistemas - Software

Conforme o CPC 04 – Ativo Intangível, os gastos com softwares adquiridos ou desenvolvidos são classificados em três etapas:

- Etapa preliminar do projeto – contabilizada como despesa;
- Etapa de desenvolvimento/implantação – capitalizada;
- Etapa pós-implementação – contabilizada como despesa.

Softwares adquiridos são registrados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e de perdas por *impairment*. O desenvolvimento interno de software é reconhecido como ativo quando a entidade demonstra intenção e capacidade de concluir o projeto, mensurar seu custo e gerar benefícios econômicos futuros.

Os custos capitalizados incluem todos os gastos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento e são amortizados durante a vida útil estimada. Despesas subsequentes são capitalizadas apenas quando aumentam os benefícios econômicos futuros do ativo. Caso contrário, são reconhecidas diretamente no resultado. A amortização é reconhecida pelo método linear a partir da data em que o software estiver disponível para uso.

ii. Outros Intangíveis

Os demais ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos pelo Banco, são registrados pelo valor de custo, deduzido das amortizações acumuladas e das perdas por *impairment*. As amortizações são reconhecidas no resultado pelo método linear, durante a vida útil estimada dos ativos, conforme previsto no CPC 04 – Ativo Intangível.

t. Outros ativos

As outras obrigações compreendem os saldos de despesas provisionadas, receitas diferidas decorrentes de adiantamentos recebidos e quaisquer outras obrigações que não se caracterizem como passivos financeiros, conforme estabelecido pelo CPC 00.

u. Outras obrigações

Outras obrigações incluem o saldo de todas as despesas provisionadas e receita diferida de adiantamentos e o valor de quaisquer outras obrigações não consideradas como passivo financeiro.

v. Impairment de ativos não-financeiros

De acordo com o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, o teste de *impairment* de ativos não financeiros é baseado na estimativa do valor recuperável, definido como o maior valor entre o valor líquido de venda e o valor em uso do ativo ou da unidade geradora de caixa. O valor em uso é calculado com base nos fluxos de caixa futuros esperados da utilização contínua do ativo, descontados a valor presente. A Administração revisa anualmente os valores contábeis líquidos dos ativos não financeiros, com o objetivo de identificar evidências de perda de valor, decorrentes de mudanças econômicas, operacionais ou tecnológicas. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil excede o valor recuperável, é reconhecida uma provisão para perda por *impairment*, ajustando o valor contábil ao valor recuperável.

w. Depósitos e títulos emitidos

Os depósitos, títulos emitidos e passivos subordinados representam fontes de financiamento utilizadas pelo Banco. Esses instrumentos são inicialmente mensurados pelo valor justo, acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua emissão, e subsequentemente avaliados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros, conforme previsto no CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

Nas operações de venda com compromisso de recompra (repo) ou empréstimo de títulos, em que o Banco vende um ativo financeiro e simultaneamente firma contrato de recompra do mesmo ativo (ou ativo similar) a um preço fixo ou em data futura, o contrato é contabilizado como depósito, mantendo o ativo subjacente reconhecido nas demonstrações financeiras.

x. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando, em decorrência de um evento passado, o Banco possui uma obrigação presente, cuja estimativa pode ser realizada de forma confiável, e seja provável a saída de recursos para sua liquidação, conforme estabelecido pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Provisões para contratos onerosos são reconhecidas quando os benefícios econômicos esperados são inferiores aos custos necessários para cumprir as obrigações contratuais. A mensuração da provisão é feita com base no menor valor entre o custo estimado para rescisão do contrato e o custo líquido estimado para sua continuidade. Antes do reconhecimento da provisão, o Banco avalia eventuais perdas por *impairment* nos ativos relacionados ao contrato.

y. Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação de ativos e passivos contingentes, bem como de obrigações legais (fiscais e previdenciárias), são efetuados conforme os seguintes critérios, em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes:

- Ativos contingentes:** Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando há evidências concretas que assegurem sua realização, e sobre as quais não cabam mais recursos administrativos ou judiciais.
- Passivos contingentes:** A probabilidade de perda é avaliada com base na análise individual de cada processo, considerando a opinião dos assessores jurídicos. São provisionadas as ações cuja perda é considerada provável. As provisões podem ser ajustadas futuramente, conforme o andamento dos processos e novas informações disponíveis.
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias):** Referem-se a processos administrativos ou judiciais relacionados a tributos e contribuições, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação. São provisionadas quando a avaliação indica probabilidade de desembolso financeiro, sendo atualizadas conforme a legislação vigente.

z. Garantias financeiras

Garantias financeiras são contratos pelos quais uma entidade se compromete a realizar pagamentos em nome de terceiros, caso estes não cumpram suas obrigações. Esses contratos podem assumir diversas formas jurídicas, como garantias, créditos documentários irrevogáveis emitidos ou confirmados pela entidade, entre outros. O Banco reconhece inicialmente as garantias financeiras prestadas no passivo do balanço patrimonial consolidado pelo valor justo, geralmente correspondente ao valor presente das taxas, comissões e juros a receber ao longo do prazo contratual. As garantias financeiras são revisadas periodicamente para avaliação do risco de crédito a que estão expostas. Caso necessário, são constituídas provisões, aplicando-se critérios similares aos utilizados para mensuração de perdas por não recuperação de empréstimos e adiantamentos mensurados ao custo amortizado. As provisões para essas operações são reconhecidas sob a rubrica Provisões para passivos contingentes, compromissos e outras provisões, no balanço patrimonial consolidado, conforme previsto no CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

aa. Lucro por ação

O Banco apresenta informações sobre o lucro por ação básico e diluído para suas ações ordinárias e preferenciais segregadas por classe. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo atribuível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais do Banco pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício. O lucro por ação ordinárias e preferenciais diluído é determinado ajustando-se o lucro ou prejuízo atribuível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais e a média ponderada do número de ações ordinárias e

preferenciais em circulação para os efeitos de todas as ações ordinárias e preferenciais com potencial diluição.

bb. Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

Os termos a seguir são usados na demonstração consolidada dos fluxos de caixa com os seguintes significados:

Fluxos de caixa: fluxos de entrada e saída de caixa e equivalentes de caixa.

Caixa e equivalentes de caixa: são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações interfinanceiras de liquidez e depósitos a prazo, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

Atividades operacionais: as principais atividades geradoras de receita de instituições financeiras e outras atividades que não são atividades de financiamento ou de investimento.

Atividades de investimento: a aquisição e a venda de realizável a longo prazo e ativos tangíveis.

Atividades de financiamento: atividades que resultam em mudanças no montante e na composição do patrimônio líquido e do passivo que não são atividades operacionais.

O Sofisa utiliza o método indireto segundo o qual o lucro ou prejuízo é ajustado pelos itens que não refletem caixa ou equivalentes de caixa.

3. **Estimativas contábeis**

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas que envolvem julgamento, que afetam os montantes de ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, como: perdas esperadas associadas ao risco de crédito, estimativa do valor justo de certos instrumentos financeiros, perda ao valor recuperável de ativos não financeiros, provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes de ações cíveis, trabalhistas ou tributárias, as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado e amortizações de intangíveis e estimativa dos créditos tributários ativados. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas. As estimativas utilizadas pela administração na elaboração das demonstrações financeiras foram baseadas nas práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas expedidas pelo Banco Central do Brasil (BCB), especialmente aquelas previstas na Resolução CMN nº 4.818/2020 e na Resolução CMN nº 4.966/2021, no que se refere à mensuração e reconhecimento de instrumentos financeiros. As estimativas aplicadas na data de transição para o novo modelo contábil foram consistentes com aquelas utilizadas anteriormente, conforme os critérios definidos pelas normas contábeis brasileiras. Informações obtidas após a data de transição que poderiam impactar estimativas previamente realizadas foram tratadas como eventos subsequentes, conforme previsto no CPC 24 – Evento Subsequente, sendo avaliadas quanto à necessidade de ajuste ou divulgação nas demonstrações financeiras. Dessa forma, o Banco Sofisa S.A. concluiu que não houve necessidade de alteração nas estimativas contábeis previamente adotadas, uma vez que não foram identificadas informações posteriores à data de transição que exigissem ajustes nos valores reconhecidos.

31/12/2025			
	Banco	Consolidado	
Disponibilidades	241.387	243.621	
Caixa e Equivalentes de Caixa			
Disponibilidades em moeda nacional	760	2.993	
Disponibilidades em moeda estrangeira	240.627	240.627	
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ao Custo Amortizado	65.692	98.576	
Aplicações no mercado aberto	-	32.874	
Aplicações em depósitos interfinanceiros	65.692	65.703	
Total	307.079	342.197	

5. Títulos e Valores Mobiliários

	31/12/2025			
	Banco		Consolidado	
	Valor Curva	Valor Justo	Valor Curva	Valor Justo
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado				
Títulos públicos	2.132.337	2.113.685	2.169.773	2.151.121
Eurobonds	229.724	229.724	229.724	229.724
Debêntures (a)	786	786	786	786
Total	2.362.847	2.344.194	2.403.298	2.381.631
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do				
Outros Resultados Abrangentes				
Títulos públicos	-	5.070.806	-	5.081.725
Certificado Recebíveis do Agronegócio	-	13.337	-	13.337
Total	-	5.084.143	-	5.095.062
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado				
Títulos públicos	-	181.670	-	181.670
Cotas de Fundos	-	563.238	-	158.566
Ações	-	523.606	-	523.606
Instrumentos financeiros derivativos	-	36.847	-	36.847
Total	-	1.305.361	-	900.689

(a) *Compõe saldo da nota 8 para demonstração da provisão para perda esperada.*

a. Derivativos

O Banco realiza operações com instrumentos financeiros derivativos visando à proteção das variações de preços de mercado e diluição de riscos de moedas e de taxas de juros de seus ativos e passivos e fluxos de caixa contratados por prazos, taxas e montantes compatíveis. Derivativos são usados como ferramenta de gerenciamento de risco com o objetivo de cobertura das posições das carteiras de não-negociação (*Banking Book*) e de negociação (*Trading Book*). Adicionalmente, derivativos de alta liquidez transacionados em bolsa são usados, dentro de limites estreitos e periodicamente revisitos, com o objetivo de gerenciar exposições na carteira de negociação. Visando administrar os riscos decorrentes, foram determinados limites internos para exposição global e por carteiras. Estes limites são acompanhados diariamente. Considerando a eventual possibilidade de existência de limites excedidos em decorrência de situações não previstas, a Administração definiu políticas internas que implicam na imediata definição das condições de realinhamento. Esses riscos são monitorados por área independente das áreas operacionais e são diariamente reportados à alta Administração. O gerenciamento de risco de mercado utiliza-se do *Value at Risk* (VaR), como medida de perda potencial das carteiras do Banco. Para os cálculos, utiliza-se o modelo paramétrico para o horizonte de 20 dias e intervalo de confiança de 99%, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 30. Os contratos de operações de *swap* são registrados na B3 S.A. Brasil Bolsa Balcão e envolvem taxas pré-fixadas, DI, IGPM, Libor, e variação cambial. Os contratos futuros e de opções e termo são registrados na B3 S.A. Brasil Bolsa Balcão e envolvem variação cambial, DI e índice BOVESPA. A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é baseada nas cotações divulgadas em bolsa e, em alguns casos, quando da inexistência de liquidez ou mesmo de cotações, são utilizadas estimativas de valor presente e outras técnicas de precificação. Foram adotadas as seguintes bases para determinação dos preços de mercado:

- Opções e Futuros:** cotações em Bolsas;
- Termos:** o valor futuro da operação descontado a valor presente, conforme taxas obtidas na B3 S.A. Brasil Bolsa Balcão ou bolsas de referência; e
- Swaps:** o fluxo de caixa de cada uma de suas partes foi descontado a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nas taxas de juros da B3 S.A. Brasil Bolsa Balcão.

O Sofisa não realizou operações com derivativos exóticos ou qualquer outro tipo de derivativo alavancado. Os valores nominais são registrados em contas de compensação e os correspondentes valores das contas patrimoniais são resumidos como segue:

b. TVM I Derivativos

Os saldos dispostos na nota 5.b. de derivativos, correspondem aos saldos do Banco e Consolidado.

	31/12/2025		
	Valor Nominal	Ativos (Passivos)	
Contratos Futuros / NDF / Swap			
Compromissos de Compra	2.011.336	36.847	
Futuro - Dólar	467.704	-	
Futuro - DI	588.447	-	
Futuro - DDI	154.370	-	
Futuro - DAP	29.055	-	
Swap	734.519	36.749	
NDF - Dólar/Euro	37.241	98	
Compromissos de venda	3.025.108	(97.804)	
Futuro - Dólar	65.006	-	
Futuro - DI	1.545.235	-	
Futuro - DDI	654.711	-	
Futuro - DAP	87.845	-	
Futuro - WDO	312.643	-	
Swap	327.986	(97.609)	
NDF - Dólar	31.682	(195)	

Hedge Accounting - Recursos Captados no Exterior

O objetivo do hedge do Banco Sofisa foi compensar possíveis riscos decorrentes da exposição às variações no fluxo de caixa futuro estimado, provenientes dos recursos captados no exterior. Para proteger os fluxos de caixa futuros das captações no exterior contra a exposição à variação cambial e taxa de juros Libor/SOFR, o Banco Sofisa negociou contratos de Swap durante o exercício de 2025. Em 15 de maio os recursos captados no exterior (objeto de hedge) e os derivativos (instrumentos de hedge) foram liquidados no vencimento das operações. Os demais recursos captados no exterior não são objeto de hedge.

Hedge Accounting - Carteira de Direitos Creditórios do FIDC CONSIGNADO

O objetivo do hedge do Banco Sofisa é compensar possíveis riscos decorrentes da exposição à Taxa de juros CDI, protegendo o spread das operações de Direitos Creditórios da carteira do FIDC CONSIGNADO. Para proteção do spread das operações, o Banco Sofisa negociou contratos futuros de DI durante o exercício de 2025, sendo o valor nominal das operações de Futuros de DI de R\$ 342.382. Esses instrumentos geraram ajuste a valor de mercado devedor registrado no patrimônio líquido de R\$ 10.951, líquido dos efeitos tributários.

Hedge Accounting - Operações do Programa Emergencial de Acesso Crédito (PEAC) - Pré-fixadas

O objetivo do hedge do Banco Sofisa é evitar a volatilidade no resultado oriunda dos derivativos executados para neutralizar o risco pré-fixado das operações do Programa Emergencial de Acesso Crédito (PEAC) do Banco Sofisa S.A. Para proteção das Operações de PEAC com taxas pré-fixadas, o Banco Sofisa negociou contratos futuros de DI durante o exercício de 2025, sendo o valor nominal das operações de Futuros de DI de R\$1.401.373. Esses instrumentos geraram ajuste a valor de mercado devedor registrado no patrimônio líquido de R\$12.161, líquido dos efeitos tributários. Os instrumentos financeiros derivativos por vencimento, em 31 de dezembro de 2025 têm a seguinte composição:

	Até 30 Dias	De 31 a 90 Dias	De 91 a 180 Dias	De 181 a 360 Dias	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
	Dias	Dias	Dias	Dias	anos	anos	
Compensação							
Contratos de Futuros	(442.495)	(236.868)	141.610	(132.730)	(506.219)	(249.162)	(1.425.864)
Contratos de “Swap”	27.866	2.160	36.029	7.490	163.882	169.106	406.533
Contratos de Termo - NDF	(11.511)	(11.401)	36.374	(2.439)	(5.464)	-	5.559
Total	(426.140)	(246.109)	214.013	(127.679)	(347.801)	(80.056)	(1.013.772)
Posição Ativa	Até 30 Dias	De 31 a 90 Dias	De 91 a 180 Dias	De 181 a 360 Dias	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
	Dias	Dias	Dias	Dias	anos	anos	
Contratos de “Swap”	305	79	19.345	200	8.820	8.000	36.749
Contratos de Termo - NDF	-	-	98	-	-	-	98
Total	305	79	19.443	200	8.820	8.000	36.847
Posição Passiva	Até 30 Dias	De 31 a 90 Dias	De 91 a 180 Dias	De 181 a 360 Dias	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
	Dias	Dias	Dias	Dias	anos	anos	
Contratos de “Swap”	135	-	96.746	-	430	298	97.609
Contratos de Termo - NDF	-	-	195	-	-	-	195
Total	135	-	96.941	-	430	298	97.804

...continuação

Seu patrimônio, crédito e dia a dia financeiro: tudo em um só App.



Banco

SOFISA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

O resultado líquido das operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos está assim composto:

c. TVM I Resultado com Derivativos

Resultado com Derivativos	Banco Sofisa		Consolidado	
	2º Semestre	31/12/2025	2º Semestre	31/12/2025
Futuro - Dólar	13.953	69.531	13.953	69.531
Futuro - DAP	2.164	1.428	2.164	1.428
Futuro - DI	12.875	24.951	12.875	24.951
Mercado Futuro - Exterior	75.635	88.513	75.635	88.642
Termo	(1.417)	(20.568)	(1.417)	(20.568)
Resultado Day Trade - Contratos derivativos	709	1.065	709	1.065
Swap	(57.507)	(33.650)	(57.507)	(33.650)
Total	46.412	131.270	46.412	131.399

Estes resultados são compensados, no todo ou em parte, com a variação cambial, principalmente por operações de ACC – Adiantamento de Contrato de Câmbio e ACE – Adiantamento de Contrato de Exportação, que são reconhecidas no resultado (Notas 21 e 22) em diversas rubricas, pois não adotamos *hedge accounting* para estes produtos.

d. TVM I Hierarquia do Valor Justo - Consolidado

	31/12/2025		
	Cotações de mercados ativos (nível 1)	Técnicas de valorização de dados observáveis (nível 2)	Modelo interno de precificação (nível 3)
Ativo			Total
Títulos públicos	5.263.322	-	-
Cotas de Fundos	158.566	-	-
Ações	523.606	-	-
Certificado Recebíveis do Agronegócio	-	13.337	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	36.847	-
Outras Operações com Características de Concessão de Crédito	-	51.812	-
Total	5.945.494	101.996	-
Passivo			
Instrumentos financeiros derivativos	-	97.804	-

8. Provisão para Perdas nas Operações de Crédito

a. Provisão para Perdas nas Operações de Crédito Mensuradas ao Custo Amortizado

Banco	31/12/2025		
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3
Movimentação	54.897	13.464	326.610
01/01/2025	(15.451)	(2.824)	(20.813)
Migração de Estágios	(8.264)	8.264	-
Estágio 1 para Estágio 2	(128.505)	-	128.505
Estágio 2 para Estágio 1	515	(515)	-
Estágio 2 para Estágio 3	-	(74.967)	74.967
Estágio 3 para Estágio 1	350	-	(350)
Estágio 3 para Estágio 2	-	774	(774)
Novos Contratos/ Liquidações	120.454	63.620	86.493
Baixas para prejuízo	-	-	(309.654)
Saldo final	39.446	10.640	305.797

Consolidado	31/12/2025		
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3
Movimentação	55.981	13.686	336.038
01/01/2025	(12.227)	(2.652)	(18.289)
Migração de Estágios	(8.527)	8.527	-
Estágio 1 para Estágio 3	(129.475)	-	129.475
Estágio 2 para Estágio 1	522	(522)	-
Estágio 2 para Estágio 3	-	(76.770)	76.770
Estágio 3 para Estágio 1	351	-	(351)
Estágio 3 para Estágio 2	-	774	(774)
Novos Contratos/ Liquidações	124.902	65.339	88.803
Baixas para prejuízo	-	-	(312.521)
Saldo final	43.754	11.034	317.440

³ O valor total de R\$ 355.884 inclui o saldo passivo de provisões para garantias prestadas de R\$ 4.457 apresentado na nota explicativa 16.

⁴ O valor total de R\$ 372.228 inclui o saldo passivo de provisões para garantias prestadas de R\$ 4.457 apresentado na nota explicativa 16.

b. Impairment por Segmento de Operações de Crédito mensurados ao Custo Amortizado

Banco	31/12/2025		
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3
Impairment por Segmento	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor Contábil
Middle Market	5.868.648	367.598	400.938
Smart	797.777	53.519	140.247
Pessoa física ⁵	280.152	10.833	28.213
Sofisa Negócios	34.021	2.620	17.983
Outros	46.588	-	-
Total	7.027.186	434.570	587.381
Provisão para Perdas	39.446	10.640	305.797

Provisão para Perda - Impairment por Segmento

BANCO SOFISA S.A.	31/12/2025		
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3
Impairment por Segmento	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor Contábil
Middle Market	29.878	7.439	201.921
Pessoa física ⁵	2.957	2.145	15.079
Smart	5.231	1.004	74.973
Sofisa Negócios	389	51	10.498
Outros	991	-	3.325
Total	39.446	10.640	305.797

Consolidado	31/12/2025		
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3
Impairment por Segmento	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor Contábil
Middle Market	5.947.904	368.519	391.623
Pessoa física ⁵	280.152	10.833	28.213
Smart	870.715	54.617	151.130
Sofisa Negócios	34.021	2.620	18.171
Outros	267.030	482	3.145
Total	7.399.822	437.072	592.282
Provisão para Perdas	43.754	11.034	317.440

Provisão para Perda - Impairment por Segmento

SOFISA CONSOLIDADO	31/12/2025		
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3
Impairment por Segmento	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor Contábil
Middle Market	33.244	7.691	203.543
Pessoa física ⁵	3.400	2.282	17.249
Smart	5.661	1.010	82.996
Sofisa Negócios	389	51	10.635
Outros	1.060	-	3.017
Total	43.754	11.034	317.440

⁵ Trata-se da nomenclatura de segmento e não do saldo de carteira de Pessoas Físicas.

c. Movimentação da Provisão

	31/12/2025	
	Banco	Consolidado
Saldo Inicial	394.971	405.706
Constituição de provisão no período	270.567	279.043
Créditos baixados	(309.654)	(312.521)
Saldo Final	355.884	372.228
Recuperação	48.169	48.169

9. Outros Créditos – Diversos

Outros Créditos

Cartão de crédito	128.675
Adiantamentos salariais	17.677
Outros	8.566
Total	154.918

10. Outros Valores e Bens

Outros Valores e Bens

Imóveis não destinados ao uso	50.474
Outros	85
Despesas antecipadas	6.510
(-) Provisão para redução ao valor recuperável de ativos	(1.627)
Total	55.442

11. Imobilizado em Uso

Imobilizado em Uso

Banco	31/12/2025		
	Taxa de depreciação % a.a.	Custo	Depreciação acumulada
Terreno	-	12.344	-
Edificações	4	36.670	(17.105)
Instalações	10	8.861	(3.879)
Móveis e equipamentos	10	20.124	(14.747)
Veículos	20	2.560	(1.530)
Imobilizações em curso	-	9.425	-
Total	-	89.984	(37.261)

Consolidado	31/12/2025		
	Taxa de depreciação % a.a.	Custo	Depreciação acumulada
Terreno	-	12.344	-
Edificações	4	36.896	(17.194)
Instalações	10	8.861	(3.879)
Móveis e equipamentos	10	20.124	(14.747)
Veículos	20	2.560	(1.530)
Imobilizações em curso	-	9.425	-
Total	-	90.210	(37.350)

12. Depósitos e Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

Banco	31/12/2025					
	Depósitos à Vista	Depósitos a Prazo	Depósitos Interfinanceiros	Letras de Crédito Agronegócio	Letras de Crédito Imobiliário	Letras Financeiras ⁵
Composição por Vencimento						
Curto Prazo	1.288.286	2.967.989	2.703	85.892	165.493	491.499
Até 30 dias	1.288.286	188.745	-	9.514	19.643	129.305
de 31 a 60 dias	-	1.562.628	-	18.852	128.806	211.984
de 61 a 90 dias	-	202.788	-	-	5.840	54.225
de 91 a 180 dias	-	280.325	-	2.750	6.985	55.508
de 181 a 360 dias	-	733.503	2.703	54.776	4.219	40.477
Longo Prazo						
Acima de 360 dias	-	9.248.191	6.755	8.946	31.296	424.719
Total	1.288.286	12.216.180	9.458	94.838	196.789	916.218

...continuação

Os melhores investimentos de Renda Fixa.





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

...continuação

5% DE CASHBACK

em bares e restaurantes no mundo inteiro.

Banco

SOFISA

Forbes

WORLD'S

BEST BANKS

2025

POWERED BY DATA

MELHOR BANCO DO BRASIL

Forbes

2023

POWERED BY DATA

ALEXANDRE BURMAIAN Diretor Presidente	FABRÍCIO COSTA ANGELIN Diretor Vice-Presidente	CESAR AUGUSTO DE OLIVEIRA GONÇALVES Diretor Responsável pela Controladoria	DANIEL DONIZETE DE FARIA Diretor Executivo	EMILIO PEDRO BORSARI FILHO Diretor Executivo	EDNA APARECIDA LEAL (CONTADORA – CRC 1SP219345/O-2)
GABRIEL MIGUEL CEZAR Diretor Executivo	LEONARDO PEREIRA SIMÕES Diretor Executivo	MÁRCIO CECÍLIO SANTOS Diretor Executivo	MATHEUS DEFINE PEROSSI Diretor Executivo	SÍLVIA SCORSATO Diretora Executiva	

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas do Banco Sofisa S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco Sofisa S.A. (“Banco”) e de suas controladas, identificadas como Banco e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco Sofisa S.A., em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação ao Banco e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC aplicáveis à auditoria das demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Informações comparativas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 a) às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional - CMN e na Resolução nº 352 do BACEN. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria - “PAA” são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. *Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito das operações de crédito*

Por que é um PAA?

A partir de 1º de janeiro de 2025, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito passou a ser constituída levando em consideração os requerimentos da Resolução nº 4.966/21 do Conselho Monetário Nacional - CMN, em substituição à Resolução nº 2.682 do BACEN. Entre outros requerimentos, a referida norma requer que a mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito considere o modelo de perdas esperadas. O Banco desenvolveu e implementou políticas para a mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, conforme descrito na nota explicativa nº 2. p. X às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A constituição da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito envolve julgamento e o uso de estimativas por parte da Administração do Banco; dessa forma, consideramos esse assunto como uma área de foco em nossa abordagem de auditoria, incluindo o envolvimento de nossos especialistas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento das políticas e metodologias utilizadas pelo Banco na mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; (ii) entendimento dos controles internos relevantes relacionados à mensuração da provisão para perdas esperadas, que consideram modelos, premissas e bases de dados adotados pela Administração; (iii) envolvimento de especialistas na revisão das metodologias utilizadas pelo Banco na determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; (iv) revisão, com base em amostragem, da aplicação dos critérios de provisão para perdas esperadas de certas operações; (v) análise do nível de provisionamento das carteiras; e (vi) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Consideramos que os critérios adotados pela Administração do Banco para mensurar as perdas esperadas associadas ao risco de crédito são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA REF 31.12.2025

Tomaram posse em 8 de julho de 2025 novos membros do Comitê de Auditoria, aprovados pelo Banco Central do Brasil, Srs. André Jafferian Neto e Gilberto Maktas Meiches (Comunicado nº 43.343, de 17 de junho de 2025), e Sr. José Roberto Skupien (Comunicado nº 43.350, de 18 de junho de 2025). O Comitê de Auditoria (“Comitê”) do Banco Sofisa S.A. (“Banco”), tem suas responsabilidades e seu funcionamento disciplinado no Estatuto Social, nos artigos 30 e 31, seus parágrafos e incisos, disponível no site www.sofisa.com.br/ri/ e pelas regulamentações do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários. Tem como principais atribuições revisar, previamente à sua publicação, a qualidade e a integridade das demonstrações financeiras, acompanhar e avaliar os trabalhos das auditorias interna e independente e avaliar a qualidade e a efetividade do sistema de controles internos do Banco. As administrações do Banco e de suas subsidiárias são responsáveis por elaborar e garantir a qualidade e a integridade das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, manter o sistema de controles internos efetivo e consistente, gerir e monitorar os riscos e zelar pela conformidade à regulamentação aplicável.

Atividades do Comitê de Auditoria relacionadas com as demonstrações financeiras do semestre e do exercício encerrado em 31.12.2025.

O Comitê empossado em 8 de julho de 2025 reuniu-se regularmente com os administradores e gestores das principais áreas do Banco e com as auditorias interna e independente, com vistas a dar cumprimento às suas atribuições. Foram objeto de especial atenção do Comitê, dentre outras, as seguintes áreas:

- (i) **CONTABILIDADE:** foram realizadas reuniões regulares com a contabilidade, notadamente para conhecimento dos processos adotados para elaboração das demonstrações financeiras. A Sra. Superintendente da área apresentou os números das Demonstrações Financeiras do semestre e do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 e respectivas notas explicativas. O Comitê entendeu que foram observados os princípios e os procedimentos aplicáveis à elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas;
- (ii) **AUDITORIA INDEPENDENTE:** A DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes Ltda. é a empresa responsável pela prestação de serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras. O Comitê avaliou a independência da Deloitte e considera que o planejamento, os procedimentos e a extensão dos testes realizados foram adequados para fundamentar seu relatório sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas na data-base de 31 de dezembro de 2025.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do semestre e exercício correntes e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 18 de março de 2026

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Dario Ramos da Cunha
Contador
CRC nº 1 SP 214144/O-1

Deloitte.

(iii) **AUDITORIA INTERNA:** é realizada por PwC Strategy& do Brasil Consultoria Empresarial Ltda, e o Banco conta com uma auditora especialista, líder de Auditoria Interna. De modo geral, os trabalhos de Auditoria Interna não reportaram falhas consideradas graves ou comprometedoras da qualidade dos processos. Todos os pontos apresentados foram discutidos com a Administração e, quando cabível, adotados procedimentos para mitigação de riscos.

(iv) **GESTÃO DE RISCOS, RISCOS FINANCEIROS E CONTROLES INTERNOS:** Foram realizadas reuniões com a área de Riscos oportunidades em que foram analisados os controles e demonstrativos relativos aos Riscos de Liquidez, de Mercado, de Crédito, Operacional e Basiléia (Requerimentos de Capital), todos dentro dos limites da RAS, os quais foram considerados consistentes com os limites aprovados pelo Conselho de Administração.

(v) **ÁREAS: COMERCIAL, OPERAÇÕES, SOFISA DIRETO E JURÍDICO:** Foram realizadas reuniões com as mencionadas áreas abordando os principais eventos, alterações nas estruturas organizacionais e eventuais pontos levantados pelas auditorias interna e independente. O Comitê considera os esclarecimentos obtidos consistentes e adequados às necessidades do Banco.

CONCLUSÃO

O Comitê de Auditoria, atuante durante o primeiro semestre de 2025, em seu relatório concluiu não haver tomado conhecimento de qualquer atividade irregular ou ilegal por parte da Alta Administração do Banco Sofisa S.A.

Da mesma forma, o Comitê empossado em 8 de julho de 2025, também registra não ter tomado conhecimento de qualquer atividade irregular ou ilegal por parte da Alta Administração do Banco Sofisa S.A.

Embasado nas atividades descritas, consideradas as responsabilidades e as limitações naturais do escopo de sua atuação, o Comitê recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco Sofisa S.A. relativas ao semestre e ao exercício findos em 31 de dezembro de 2025.

São Paulo (SP), 18 de março de 2026.

André Jafferian Neto

Gilberto Maktas Meiches

José Roberto Skupien

Com o novo App, você tem tudo sob controle.

E com o Sofisa VISA Infinite, tem até

5% DE CASHBACK

em bares e restaurantes no mundo inteiro.

Ou

“Cashí Backí”

como diria o Jacquin.

Traga seu investimento e venha ser Sofisa.

Banco

SOFISA